



# Provedor de Assinatura e Autorização - PAA

Manual de Orientações do PAA

Versão 1.00 – agosto de 2022



## Controle de Versões

Versão	Data	Base Legislativa
1.00	08/2022 – Sefaz/RS - PROCERGS	Ajuste SINIEF 9/22

## Sumário

1.	Introdução .....	4
2.	Considerações Iniciais.....	4
3.	Descrição Simplificada do Modelo Operacional .....	5
4.	Objetivos do Manual.....	6
5.	Definições Iniciais sobre o Serviço .....	7
5.1.	Padrões Técnicos.....	7
5.2.	Declaração <i>namespace</i> .....	7
5.3.	Validação de <i>Schema</i> .....	7
5.4.	Controle de Versão do <i>Schema</i> .....	8
5.5.	Padrão de compactação .....	8
5.6.	<i>Web Services</i> .....	8
5.7.	Ambiente de Produção e Ambiente de Homologação.....	8
6.	Serviço de Distribuição do Cadastro PAA.....	9
6.1.	Informações Gerais .....	9
6.2.	Leiaute Mensagem de Entrada.....	9
6.3.	Leiaute Mensagem de Retorno.....	9
6.4.	Regras de validação do Serviço .....	10
6.5.	Validação das Regras de Negócio do Web Service.....	11
6.6.	Processamento da Requisição .....	11
7.	Serviço de Manutenção do Vínculo do Cadastro PAA .....	13
7.1.	Informações Gerais .....	13
7.2.	Leiaute Mensagem de Entrada.....	13
7.3.	Leiaute Mensagem de Retorno.....	13
7.4.	Regras de validação do Serviço .....	14
7.5.	Validação das Regras de Negócio do Web Service.....	15
7.6.	Processamento da Requisição .....	15

## 1. Introdução

Este documento tem como objetivo o atendimento dos dispostos definidos no Ajuste SINEF No. 09, de 7 de abril de 2022, que instituiu o conceito do Provedor de Assinatura e Autorização de Documentos Fiscais Eletrônicos - PAA, com a finalidade de simplificar os procedimentos de autorização de uso dos Documentos Fiscais Eletrônicos (DFE), em conformidade com a Lei nº 14.063/20.

## 2. Considerações Iniciais

Os DFE no Brasil exigem, por disposição dos Ajustes SINIEF que os instituíram, uma assinatura eletrônica qualificada, ou seja, uma assinatura eletrônica utilizando um certificado digital emitido na cadeia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

A Lei Federal 14.063/20 que, entre outras coisas, dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, estabelece que deve ser facultada ao Microempreendedor Individual (MEI) e aos contribuintes pessoas físicas, como é o caso dos produtores primários em diversos estados, a possibilidade de emissão de Documentos Fiscais Eletrônicos (DFE) sem a exigência de assinaturas eletrônicas qualificadas.

Por outro lado, dentro do ordenamento jurídico brasileiro é mister que DFE possam ser opostos contra terceiros, o que, nos termos da mesma Lei 14.063/20, no que tange a DFE, somente é viabilizado pelas assinaturas eletrônicas qualificadas.

A implantação do conceito do Provedor de Assinatura e Autorização de Documentos Fiscais Eletrônicos – PAA, possibilita ao MEI e contribuintes pessoas físicas solicitarem a emissão de DFE usando uma assinatura eletrônica avançada, atendendo o disposto na Lei 14.063/20 e, simultaneamente:

- manter a realidade na qual os arquivos eletrônicos que constituem estes documentos fiscais recebam sempre uma assinatura eletrônica qualificada;
- exigir reduzidas alterações nas aplicações autorizadoras dos fiscos estaduais;
- permitir que os DFE, a partir de sua autorização de uso, possam ser utilizados sem exigir nenhuma alteração nos sistemas das Administrações Tributárias, tais como, por exemplo, sistemas de malhas fiscais, aplicativos para auditoria fiscal, ou para o cálculo de índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS, entre outros usos, além de;
- facilitar a conformidade e a emissão de DFE por contribuintes de pequeno porte.

O Manual de Orientações do Provedor de Assinaturas e Autorização de Documentos Fiscais Eletrônicos, é destinado às entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos ou confederações nacionais representativas de categorias emissoras de DFE, devidamente credenciadas a exercerem esta atividade, conforme disposto no Ajuste SINIEF 9/2022.

### **3. Descrição Simplificada do Modelo Operacional**

Após a autorização para operar como PAA, a entidade credenciada deve firmar contrato com os contribuintes MEI ou Pessoas Físicas interessadas em utilizarem os seus serviços de comunicação com os sistemas de autorização de DFE providos pelas Administrações Tributárias.

Após a assinatura do contrato o contribuinte MEI ou Pessoa Física deve informar, através do Portal Nacional dos DFE, o CNPJ do PAA ao qual está vinculado para emissão de seus documentos fiscais. O portal deverá disponibilizar um par de chaves assimétricas padrão RSA que será utilizado pelo contribuinte no software disponibilizado pelo PAA. O vínculo único firmado entre Contribuinte e Provedor será representado por essa chave RSA, não podendo ser utilizada pelo PAA para outro contribuinte ou para o contribuinte com outro PAA.

Uma vez associados PAA e Contribuintes, os ambientes de autorização dos DFE deverão permitir a emissão do documento fiscal correspondente contendo a assinatura avançada do contribuinte em tag específica do XML e a assinatura qualificada do PAA com o certificado ICP Brasil PAA.

Tanto as Administrações Tributárias quanto os Provedores de Assinatura e Autorização podem obter, através de Webservices descrito neste manual, a relação de vínculos entre os contribuintes e o serviço do PAA contratado.

O PAA é responsável pela disponibilização de ferramentas necessárias, via Internet, para o possibilitar a autenticação de seus usuários e emissão dos seus DFE com o uso de Assinatura Avançada, garantindo a segurança do processo e proteção da chave privada de assinatura avançada disponibilizada ao contribuinte pela administração tributária.

O XML transmitido para as Administrações Tributárias é exatamente igual a todos os arquivos de DFe emitidos pelos demais contribuintes e estará sujeito a todos os processos e regras definidas nos Manuais de Orientação dos respectivos DFe.

O PAA deve manter logs da aplicação com o contribuinte para responder por solicitações do fisco referentes a processos de auditoria e fiscalização da emissão do contribuinte utilizando o software por ele fornecido.

#### **4. Objetivos do Manual**

Este manual tem como objetivo o detalhamento das especificações e padrões de comunicação e integração entre o PAA e as Administrações Tributárias autorizadas de DFe, além das especificações dos serviços que permitem a manutenção automatizada do vínculo PAA x Contribuinte.

## 5. Definições Iniciais sobre o Serviço

Os serviços de Distribuição e Manutenção do Vínculo PAA serão disponibilizados de forma centralizada pela SEFAZ Virtual Rio Grande do Sul (SVRS) através de conexão segura com o certificado digital eCNPJ padrão ICP-Brasil do órgão cliente, devendo este CNPJ estar habilitado para consumir o serviço.

### 5.1. Padrões Técnicos

Serão adotados os padrões técnicos padrão do ecossistema dos documentos fiscais eletrônicos:

- Mensagens no formato XML;
- Comunicação via Web Service;
- Uso de Certificados Digitais no padrão ICP-Brasil (X.509);
- Protocolo de comunicação TLS 1.2, com autenticação mútua;
- Padrão de troca de mensagens via protocolo SOAP, versão 1.2;
- Validação inicial das mensagens via Schema XML, previamente definido;
- Padrão de compactação via Gzip (GNU zip).

### 5.2. Declaração *namespace*

O documento XML deverá ter uma única declaração de *namespace* no elemento raiz do documento com o seguinte padrão:

```
<distPAA xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/dfe">
```

(exemplo para o *Web Service* de Distribuição do PAA)

É vedado o uso de declaração *namespace* diferente do padrão estabelecido.

Também não é permitida a utilização de prefixos de *namespace*. Essa restrição visa otimizar o tamanho do arquivo XML. Assim, ao invés da declaração `<distPAA xmlns:dfe=http://www.portalfiscal.inf.br/dfe>` (exemplo para o XML de Distribuição com prefixo *dfe*), deverá ser adotada a declaração: `<distPAA xmlns = "http://www.portalfiscal.inf.br/dfe" >`.

### 5.3. Validação de *Schema*

Para garantir minimamente a integridade das informações prestadas e a correta formação dos arquivos XML, as mensagens XML a serem enviadas deverão ser validadas pelo *Schema* do XML (XSD – XML *Schema Definition*), disponibilizado pela SVRS antes de seu envio. Da mesma forma, o ambiente da SEFAZ deverá efetuar a mesma validação de *Schema*, evitando o ingresso de informações incompatíveis com o *Schema* combinado.

## 5.4. Controle de Versão do *Schema*

O schema do XML permite versionamento para que possa haver evolução da solução e futuras modificações no leiaute desta integração. Em caso futuro de versionamento, este documento será igualmente versionado e por um tempo pré-definido o sistema operará com duas versões em paralelo.

## 5.5. Padrão de compactação

O padrão de compactação adotado para o Sistema é o Gzip (GNU zip) que é implementado nas plataformas Java e .NET framework (classe System.IO.Compression.GzipStream).

## 5.6. *Web Services*

Os *Web Services* disponibilizam os serviços que serão utilizados pela aplicação cliente. O mecanismo de utilização dos *Web Services* segue as seguintes premissas:

- É disponibilizado um *Web Service* para cada tipo de serviço, podendo existir mais de um método para cada serviço;
- O envio da solicitação e a obtenção do retorno serão realizados na mesma conexão, através de um único método (síncrono);
- A URL dos *Web Services* está documentada neste documento. Acessando a URL pode ser obtido o WSDL (*Web Services Description Language*) de cada *Web Service*;
- O fluxo de comunicação sempre é iniciado pela aplicação cliente através do envio de uma mensagem ao *Web Service* da aplicação servidora com a solicitação do serviço desejado;
- A ocorrência do primeiro erro na validação dos dados recebidos interrompe o processo com a disponibilização de uma mensagem contendo o código e a descrição do erro;
- Não serão usados parâmetros no SOAP Header.

## 5.7. Ambiente de Produção e Ambiente de Homologação

Da mesma forma que outros serviços relacionados ao DFe, estão previstas bases de dados distintas para a manutenção do Cadastro de Vínculo PAA para o Ambiente de Homologação e para o Ambiente de Produção.

Esse passo é importante para que se possa ter um ambiente de teste para verificar a conformidade das suas aplicações, sem afetar o Ambiente de Produção. Estabilizada a aplicação cliente, os serviços do Ambiente de Produção poderão ser utilizados.

Os dados gerados no ambiente de homologação do cadastro do PAA serão provocados pela própria equipe de testes da SVRS manipulando CNPJ de contribuintes e que não refletirão a realidade cadastral de produção.



## 6. Serviço de Distribuição do Cadastro PAA

### 6.1. Informações Gerais

O objetivo deste serviço é o compartilhamento de dados pela SVRS para o órgão solicitante.

O Web Service de compartilhamento é acionado pelo cliente (SEFAZ ou PAA) que deve enviar uma requisição de compartilhamento que atenda os padrões estabelecidos. O ambiente da SVRS deverá efetuar as validações necessárias, retornando as informações previstas neste serviço.

Outras informações:

<b>Nome do Web Service</b>	DFeDistPAA
<b>Nome do Método</b>	distribPAA
<b>Serviço Síncrono, disponibilizado em</b>	Ambiente de "Produção" e de "Homologação"
<b>WSDL</b>	Padrão SOAP
<b>Parâmetros no SOAP Header</b>	Não usar.

URL Produção: <https://svd.svrs.rs.gov.br/PRDFESVD/dfeDistPAA/dfeDistPAA.asmx>

URL Homologação: <https://svd-homologacao.svrs.rs.gov.br/PRDFESVD/dfeDistPAA/dfeDistPAA.asmx>

### 6.2. Leiaute Mensagem de Entrada

#### Schema XML: distPAA\_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
P01	distPAA	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da mensagem de pedido
P02	versao	A	P01	C	1-1	2v2	Versão do leiaute
P03	tpAmb	E	P01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1=Produção /2=Homologação
P04	verAplic	E	P01	C	1-1	1-20	Versão da aplicação que solicitou o compartilhamento
P05	indCompRet	E	P01	N	0-1	1	Indicador para retornar o conteúdo compactado
P07	ultNSUCad	CE	P01	N	1-1	15	Último NSU de Cadastro do PAA já recebido pelo requisitante. Nota: Informar "zero" caso o requisitante ainda não tenha iniciado o processo de obtenção do Cadastro
P08	ultNSUMovto	CE	P01	N	1-1	15	Último NSU de Movimento já recebido pelo requisitante. Nota: Informar "zero" caso o requisitante ainda não tenha iniciado o processo de obtenção do Cadastro, a partir do sincronismo de movimento.

### 6.3. Leiaute Mensagem de Retorno

#### Schema XML: retDistPAA\_v9.99.xsd

#	/	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
R01	retDistPAA	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da mensagem de retorno
R02	versao	A	R01	C	1-1	2v2	Versão do leiaute
R03	tpAmb	E	R01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1=Produção /2=Homologação
R04	verAplic	E	R01	C	1-1	1-20	Versão da aplicação que solicitou o compartilhamento
R05	cStat	E	R01	N	1-1	1	Código do status de resultado da pesquisa
R06	xMotivo	E	R01	C	1-1	255	Descrição do resultado da pesquisa
R07	dhReq	E	R01	D	1-1		Data e Hora de recebimento da requisição
R08	ultNSURet	E	R01	N	0-1	15	Último NSU retornado de acordo com o filtro
R09	NSUMax	E	R01	N	0-1	15	Maior NSU existente na SEFAZ Virtual para o filtro utilizado
R10	lotePAA	G	R01	-	0-1		Conjunto de vínculos correspondentes aos NSU solicitados
R11	Sequência XML	-	R10	-	1-500		Lista de registros retornados pela distribuição
R12	PAAZip	CE	R11	Base 64	1-1		Informações compactadas do vínculo PAA
R13	infPAA	CE	R11	-	1-1		Grupo de Informações do vínculo PAA
R14	NSUPAA	A	R13	N	1-1	15	Número sequencial único do registro de inclusão do vínculo PAA

#	/	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
R15	NSUPAAMovto	A	R13	N	1-1	15	Número sequencial único do registro de movimento e atualização da posição do vínculo PAA
R16	CNPJPAA	E	R13	N	1-1	14	CNPJ do Provedor de Assinatura e Autorização
R17	CNPJEmit	CE	R13	N	1-1	14	CNPJ do Emitente vinculado ao PAA
R18	CPFemit	CE	R13	N	1-1	11	CPF do Emitente vinculado ao PAA
R19	dSit	E	R13	D	1-1		Data do registro correspondente ao NSUMovto
R18	codSit	E	R13	N	1-1	1	Situação do vínculo correspondente a posição atual do cadastro entre PAA e Contribuinte  1 - Vínculo Ativo 2 - Desvinculado por comando do Contribuinte 3 - Desvinculado por comando do PAA 4 - Desvinculado por comando da SEFAZ
R19	RSAPublicKey	G	R13	-	1-1	-	Chave Pública RSA para assinatura avançada do contribuinte
R20	Modulus	E	R19	Base 64	1-1	-	Contém o valor do módulo para o algoritmo da chave pública fornecida pela SEFAZ
R21	Exponent	E	R19	Base 64	1-1	-	Contém o valor do expoente para o algoritmo da chave pública fornecido pela SEFAZ. Exemplo: AQAB

## 6.4. Regras de validação do Serviço

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo TLS)					
#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Se informado o Basic Constraint deve ser true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rejeição: Certificado Transmissor inválido	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rejeição: Certificado Transmissor Data Validade	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rejeição: Certificado Transmissor - erro Cadeia de Certificação	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rejeição: Certificado Transmissor erro no acesso a LCR	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rejeição: Certificado Transmissor revogado	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rejeição: Certificado Transmissor difere ICP-Brasil	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rejeição: Certificado Transmissor sem CNPJ	Rej.

Validação Inicial da Mensagem no Web Service					
#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 10 KB	Obrig.	214	Rejeição: Tamanho da mensagem excedeu o limite estabelecido	Rej.
B02	XML de Dados Mal-formatado	Obrig.	243	Rejeição: XML Mal Formado	Rej.
B03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Serviço Paralisado Momentaneamente (curto prazo)	Rej.
B04	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Serviço Paralisado sem Previsão	Rej.

**Validação da área de dados da mensagem**

#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
C01	Verificar se a tag raiz da mensagem foi informada no XML	Obrig.	516	Rejeição: Falha Schema XML, inexistente à tag raiz esperada para a mensagem	Rej.
C02	Verificar a existência do atributo versão na tag raiz do XML	Obrig.	517	Rejeição: Falha Schema XML, inexistente atributo versao na tag raiz da mensagem	Rej.
C03	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rejeição: Falha no schema XML	Rej.
C04	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rejeição: Versão do arquivo XML não suportada	Rej.
C05	Verifica a existência de qualquer namespace diverso do namespace padrão do serviço ( <a href="http://www.portalfiscal.inf.br/dfe">http://www.portalfiscal.inf.br/dfe</a> )	Facult.	598	Rejeição: Usar somente o namespace padrão do serviço	Rej.
C06	Verifica a existência de caracteres de edição no início ou fim da mensagem ou entre as tags	Facult.	599	Rejeição: Não é permitida a presença de caracteres de edição no início/fim do msg ou entre as tags	Rej.
C07	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rejeição: Uso de prefixo de namespace não permitido	Rej.
C08	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rejeição: XML da área de dados com codificação diferente de UTF-8	Rej.

## 6.5. Validação das Regras de Negócio do Web Service

**Validação da área de dados da mensagem**

#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
D01	Tipo do ambiente difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento	Rej.
D02	CNPJ do Transmissor não é atendido pelo Serviço (conforme tabela de CNPJ de UF, PAAs e Órgãos Conveniados)	Obrig.	410	Rejeição: CNPJ do transmissor não está autorizado a consultar este serviço	Rej.

## 6.6. Processamento da Requisição

### A. Resultado do Processamento da Requisição

A resposta deste Web Service pode ser:

- **Rejeição:** Mensagem de retorno com a indicação do motivo da rejeição (tag cStat e xMotivo);
- **Resposta de requisição sem resultado (cStat=117):** Caso não sejam encontrados registros para os critérios definidos na requisição do Web Service; esta resposta pode significar que o requisitante chegou ao último registro existente, neste caso, a aplicação deverá aguardar 3 minutos para efetuar uma nova requisição
- **Resposta de requisição com resultado (cStat=118),** retornando todos os registros que atendem a requisição efetuada.
- **Resposta de requisição com resultado e existe continuação (cStat=119):** com a devolução dos registros que atendem a requisição efetuada e com a informação de que existem mais registros que atendem os critérios da requisição.

### B. Requisição informando NSU de Cadastro

A aplicação da SVRS deverá selecionar os registros que atendem aos critérios da requisição, varrendo o Cadastro de Vínculos entre PAA e Contribuintes em ordem do NSU de Cadastro.

Sobre este tipo de requisição:

- Serão retornados registros com a posição atual de cada registro PAA, em ordem sequencial do NSU de Cadastro;
- Serão retornados registros com NSU Cadastro superior ao NSU informado na requisição;
- Deve se considerar que um determinado registro cadastrado anteriormente pode ter tido uma nova atualização, portanto, no final do retorno de todo o Cadastro, alguns registros retornados já não irão representar a posição atual do vínculo;
- Esta alternativa é válida para efetuar o download de todo o cadastro em um momento determinado.

### C. Requisição informando NSU de Movimento

A aplicação da SVRS deverá selecionar os registros que atendem aos critérios da requisição, varrendo o Cadastro em ordem do NSU de Movimento.

Sobre este tipo de requisição:

- Serão retornados registros com a posição atual de cada registro PAA x Contribuintes, em ordem sequencial do NSU de Movimento;
- Serão retornados registros com NSU Movimento superior ao NSU informado na requisição;
- Deve se considerar que um determinado registro cadastrado anteriormente pode ter tido uma nova atualização. Esta nova atualização gera um novo NSU de movimento, portanto a nova posição atual do registro será retornada;
- Esta alternativa é válida para que um determinado requisitante se mantenha sincronizado com o cadastro, recebendo de forma contínua a posição atual todos os vínculos que tiverem alguma atualização.

### D. Quantidade de Registros na mensagem de Retorno

A mensagem de retorno contém no máximo 500 registros que atendem aos critérios de pesquisa solicitados. Sempre é informado o NSU de Cadastro e o NSU de Movimento para cada registro disponibilizado, além da informação se existe ou não continuação.

A aplicação cliente que consome este Webservice deverá efetuar nova consulta informando o último NSU recebido se existir continuação (mais registros no cadastro que atendem a consulta).

**IMPORTANTE:** Quando o CNPJ Transmissor requisitante pertencer a um PAA, um filtro adicional interno será adicionado ao retorno garantindo que ele recupere apenas os registros de Contribuintes que estão vinculados a si, neste caso será observado saltos de NSU.

## 7. Serviço de Manutenção do Vínculo do Cadastro PAA

### 7.1. Informações Gerais

O objetivo deste serviço é permitir que Secretarias de Fazenda ou Provedores de Assinatura e Autorização possam atualizar o status do vínculo PAA x Contribuinte.

O Web Service de manutenção é acionado pelo cliente que deve enviar uma requisição que atenda os padrões estabelecidos. O ambiente da SVRS deverá efetuar as validações necessárias, retornando as informações previstas neste serviço.

Este serviço não permite criar vínculos entre PAA x Contribuintes, somente manipular a situação do vínculo já estabelecido.

Outras informações:

<b>Nome do Web Service</b>	DFeManSitPAA
<b>Nome do Método</b>	manSitPAA
<b>Serviço Síncrono, disponibilizado em</b>	Ambiente de "Produção" e de "Homologação"
<b>WSDL</b>	Padrão SOAP
<b>Parâmetros no SOAP Header</b>	Não usar.

URL Produção: <https://svd.svrs.rs.gov.br/PRDFESVD/dfeManSitPAA/dfeManSitPAA.asmx>

URL Homologação: <https://svd-homologacao.svrs.rs.gov.br/PRDFESVD/dfeManSitPAA/dfeManSitPAA.asmx>

### 7.2. Leiaute Mensagem de Entrada

#### Schema XML: ManSitPAA\_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Paí	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
P01	ManSitPAA	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da mensagem de pedido
P02	versao	A	P01	C	1-1	2v2	Versão do leiaute
P03	tpAmb	E	P01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1=Produção /2=Homologação
P04	verAplic	E	P01	C	1-1	1-20	Versão da aplicação que solicitou o compartilhamento
P05	CNPJPAA	E	P01	N	1-1	14	CNPJ do Provedor de Assinatura e Autorização
P07	CNPJEmit	CE	P01	N	1-1	14	CNPJ do Emitente vinculado ao PAA
P08	CPFemit	CE	P01	N	1-1	11	CPF do Emitente vinculado ao PAA
P09	tpMan	E	P01	N	1-1	1	Informa o tipo de manutenção: 1 - Desvincular 2 - Reativar vínculo
P10	dReg	E	P01	D	1-1		Data da informação cadastral
P10	xJust	E	P01	C	1-1	255	Justificativa da alteração

### 7.3. Leiaute Mensagem de Retorno

#### Schema XML: retManSitPAA\_v9.99.xsd

#	/	Ele	Paí	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
R01	retManSitPAA	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da mensagem de retorno
R02	versao	A	R01	C	1-1	2v2	Versão do leiaute
R03	tpAmb	E	R01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1=Produção /2=Homologação
R04	verAplic	E	R01	C	1-1	1-20	Versão da aplicação que solicitou o compartilhamento
R05	cStat	E	R01	N	1-1	1	Código do status de resultado da requisição
R06	xMotivo	E	R01	C	1-1	255	Descrição do resultado da requisição
R07	dhResp	E	R01	D	1-1		Data e Hora de resposta da requisição
R08	NSUMovto	E	R01	N	0-1	15	Número Sequencial Único da operação

## 7.4. Regras de validação do Serviço

### Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo TLS)

#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Se informado o Basic Constraint deve ser true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rejeição: Certificado Transmissor inválido	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rejeição: Certificado Transmissor Data Validade	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rejeição: Certificado Transmissor - erro Cadeia de Certificação	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rejeição: Certificado Transmissor erro no acesso a LCR	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rejeição: Certificado Transmissor revogado	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rejeição: Certificado Transmissor difere ICP-Brasil	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rejeição: Certificado Transmissor sem CNPJ	Rej.

### Validação Inicial da Mensagem no Web Service

#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 10 KB	Obrig.	214	Rejeição: Tamanho da mensagem excedeu o limite estabelecido	Rej.
B02	XML de Dados Mal-formatado	Obrig.	243	Rejeição: XML Mal Formado	Rej.
B03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Serviço Paralisado Momentaneamente (curto prazo)	Rej.
B04	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Serviço Paralisado sem Previsão	Rej.

### Validação da área de dados da mensagem

#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
C01	Verificar se a tag raiz da mensagem foi informada no XML	Obrig.	516	Rejeição: Falha Schema XML, inexiste à tag raiz esperada para a mensagem	Rej.
C02	Verificar a existência do atributo versão na tag raiz do XML	Obrig.	517	Rejeição: Falha Schema XML, inexiste atributo versao na tag raiz da mensagem	Rej.
C03	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rejeição: Falha no schema XML	Rej.
C04	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rejeição: Versão do arquivo XML não suportada	Rej.
C05	Verifica a existência de qualquer namespace diverso do namespace padrão do serviço ( <a href="http://www.portalfiscal.inf.br/dfe">http://www.portalfiscal.inf.br/dfe</a> )	Facult.	598	Rejeição: Usar somente o namespace padrão do serviço	Rej.
C06	Verifica a existência de caracteres de edição no início ou fim da mensagem ou entre as tags	Facult.	599	Rejeição: Não é permitida a presença de caracteres de edição no início/fim do msg ou entre as tags	Rej.
C07	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rejeição: Uso de prefixo de namespace não permitido	Rej.
C08	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rejeição: XML da área de dados com codificação diferente de UTF-8	Rej.

## 7.5. Validação das Regras de Negócio do Web Service

Validação da área de dados da mensagem					
#	Regra de Validação	Crítica	cStat	Mensagem	Efeito
D01	Tipo do ambiente difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento	Rej.
D02	CNPJ do Transmissor não é atendido pelo Serviço (conforme tabela de CNPJ de UF, PAAs e Órgãos Conveniados Autorizados)	Obrig.	310	Rejeição: CNPJ do transmissor não está autorizado a consultar este serviço	Rej.
D03	CNPJ do PAA deve ser válido (dígito de controle, zeros ou nulo)	Obrig.	311	Rejeição: CNPJ do PAA inválido	Rej.
D04	O CNPJ do Transmissor deve ser o mesmo CNPJ base do PAA	Obrig.	315	Rejeição: CNPJ do Transmissor não pertence ao PAA informado	Rej.
D05	Se informado CNPJ do Emitente, ele deve ser válido (dígito de controle, zeros ou nulo)	Obrig.	312	Rejeição: CNPJ do Emitente inválido	Rej.
D06	Se informado CPF do Emitente, ele deve ser válido (dígito de controle, zeros ou nulo)	Obrig.	313	Rejeição: CPF do Emitente inválido	Rej.
D07	Se o CNPJ do PAA informado não possuir vínculo com o Contribuinte (CNPJ/CPF do emitente)	Obrig.	314	Rejeição: Não existe vínculo entre o PAA e o Contribuinte informado	Rej.
D08	Se tipo de manutenção for igual a Desvincular e o CNPJ/CPF já estiver desvinculado	Obrig.	316	Rejeição: Contribuinte já está desvinculado do PAA	Rej.
D09	Se tipo de manutenção for igual a Reativar vínculo e o CNPJ/CPF já estiver com vínculo ativo	Obrig.	317	Rejeição: Contribuinte já está vinculado ao PAA	Rej.

## 7.6. Processamento da Requisição

A resposta deste Web Service pode ser:

- **Rejeição:** Mensagem de retorno com a indicação do motivo da rejeição (tag cStat e xMotivo);
- **Alteração de vínculo do PAA homologada (cStat=100):** O registro será alterado na base de dados do cadastro de PAA e receberá um novo NSUMovto que será retornado na mensagem.

